

## **O PCdoB E A GUERRILHA DO ARAGUAIA: CONCEPÇÕES TEÓRICAS E PRÁXIS POLÍTICAS**

### **PCdoB AND THE GUERRILLA OF ARAGUAIA: THEORETICAL CONCEPTIONS AND POLITICAL PRACTICES**

César Alessandro Sagrillo Figueiredo<sup>1</sup>

#### **RESUMO**

A fundação do partido comunista na seara brasileira tem sua gênese em 1922. Realçamos que o partido nasce com o nome de Partido Comunista do Brasil e institucionaliza-se com a sigla PCB; sendo que mantém a sua unidade até o início da década de 60. Tal fissura geraria uma cisão oponente que decide refundar o Partido Comunista do Brasil, em 1962, passando a adotar a sigla PCdoB. A partir deste quadro, o artigo possui como objetivo principal examinar as motivações da linha tático-estratégica maoísta aplicada pelo PCdoB no início dos anos 60 até nos anos 70 com o advento da Guerrilha do Araguaia (1972-1975). No tocante aos resultados verificamos que a recepção do maoísmo no Brasil fora fruto das divergências dos anos 60 no seio do marxismo, bem como da influência das diretrizes de Mao Tse Tung diretamente na política partidária.

**PALAVRAS CHAVES:** Partidos Comunistas. PCdoB. Maoísmo. Guerrilha do Araguaia.

#### **ABSTRACT**

The founding of the Communist Party in the Brazilian harvest has its genesis in 1922. We emphasize that the party is born with the name of Communist Party of Brazil and is institutionalized with the acronym PCB; It maintains its unity until the early 1960s. Such a fissure would generate an opposing split that decides to reshape the Communist Party of Brazil in 1962, adopting the acronym PCdoB. From this background, the article's main objective is to examine the motivations of the Maoist tactical-strategic line applied by the PCdoB in the early 60's until the 70's with the advent of the Araguaia Guerrilla (1972-1975). Regarding the results, we found that the reception of Maoism in Brazil was the result of the divergences of the 1960s within Marxism, as well as the influence of Mao Tse Tung's directives on party politics.

**KEYWORDS:** Communist Parties. PCdoB. Maoism. Guerrilla of the Araguaia.

## **1 INTRODUÇÃO**

A construção do partido comunista na seara política brasileira deita a sua gênese formativa com a sua fundação em 1922. Devemos realçar que na sua formação legaliza-se com

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Políticas. Docente da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *campus* de Tocantinópolis. Realizou estágio pós-doutoral em semiótica (UFT). Membro do GESTO (Grupo de Estudos do Sentido – Tocantins). Desenvolve pesquisas relativas à literatura de testemunho. E-mail: cesarpolitika@mail.uft.edu.br.

o nome de Partido Comunista do Brasil e se institucionaliza com a sigla PCB, inclusive nas eleições do período. Porém, a unidade dos comunistas se manteve até os anos 50, momento que em virtude de fatores da conjuntura internacional e nacional começaria a ocorrer as primeiras fraturas no seio do marxismo brasileiro. Com o advento do V Congresso partidário de 1960, a agremiação comunista passaria a adotar o nome de Partido Comunista Brasileiro, mantendo o uso da sigla PCB. Enfatizamos que além da mudança de nome também houve a mudança acerca do modelo da estratégia para a revolução brasileira, tais diretrizes ocorriam com o endosso da linha política impulsionada pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

Essas mudanças gerariam divergências irreconciliáveis internas, principalmente, quando irrompe uma cisão oponente que não concordava com este delineamento político e tampouco com a diretriz do PCUS. Decidem refundar o Partido Comunista do Brasil em 1962 e passam a adotar a sigla PCdoB. Além dessas diferenças políticas de cunho tático e estratégico, no plano internacional a nova agremiação refundada ligar-se-ia a China comunista e endossando, sobremaneira, a tese maoísta de Revolução Popular Prolongada no campo. Portanto, a partir desse delineamento histórico este artigo possui como objetivo principal examinar a linha tático-estratégica maoísta aplicada pelo PCdoB no início dos anos 60, até o seu ocaso final nos anos 70.

Com o intuito de refinar este artigo cabe dividi-lo nos seguintes eixos, a fim de uma melhor compreensão de um período tão amplo e com inúmeros elementos de análise, quais sejam: 1) Da construção e gênese do partido comunista até a sua primeira secção na virada dos anos 50 para os 60: tal momento de análise torna-se de fundamental importância, pois dará a compreensão teórica das razões da secção dos comunistas, assim como dos direcionamentos da linha tático-estratégica do PCdoB na sua empreitada política. 2) A opção pelo maoísmo chinês de Guerra Popular Prolongada: nesse momento será analisado, principalmente, a vinculação com as diretrizes políticas do maoísmo e a tentativa de aplicação na política partidária pelo PCdoB. 3) Finalmente, a derradeira Guerrilha do Araguaia: evento político em que a teoria irá ser confrontada com a prática, numa luta desigual com as forças do exército brasileiro até o completo aniquilamento físico dos oponentes comunistas.

Quanto aos procedimentos metodológicos, tratar-se-á de um trabalho qualitativo, pois visa à reconstituição histórica procurando examinar o partido comunista até a sua primeira secção, e, sobretudo, com grande relevo o PCdoB entre o início dos anos 60 até os anos 70. Para a consecução deste artigo, trabalharemos com as bibliografias referentes aos elementos mais significativos do contexto internacional e nacional que busquem aludir ao objetivo proposto.

## **2 PARTIDO COMUNISTA NO BRASIL: DA GÊNESE À PRIMEIRA SECÇÃO COMUNISTA**

A fundação do partido comunista em nosso país, em 1922, ocorreu como reflexo das lutas surgidas no Brasil no final do século XIX e início do século XX, principalmente entre grupos socialistas dispersos e elementos do anarco-sindicalismo, muito fortes no período. Primeiramente, torna-se relevante esclarecermos o seguinte: o partido nasce com o nome oficial de Partido Comunista do Brasil e utiliza-se institucionalmente ao longo do seu percurso, inclusive em eleições da sigla PCB. Essa agremiação política, em virtude da sua natureza antissistema, teve breves períodos de legalidade em seu nascedouro, sendo um dos mais marcantes o período após o fim do governo Vargas, uma vez que nas primeiras eleições do período de redemocratização constituiu-se uma expressiva bancada de comunistas eleitos (CARONE, 1982a, CHLCOTE, 1982).

Não obstante, a política de legalidade do PCB não perdurou por muito tempo uma vez que voltaria a ser cassado em 1947, logo, tal política de maior amplitude se desfez drasticamente. Assim sendo, no imediato à cassação do mandato do partido, este volta-se para uma via revolucionária mais esquerdizante, que ficou conhecida através do *Manifesto de Agosto*, conduzido pela tática de Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN). Este manifesto traria subsídios às diretrizes políticas do IV Congresso do PCB, no qual enfatizava que a independência nacional se daria com a derrubada do governo feudal-burguês, através de uma estratégia insurrecional de libertação, democrático e popular. Torna-se importante realçar que neste IV Congresso reativava-se e dava-se destaque para o conceito de feudalidade do Brasil. Nas palavras do principal dirigente político do período Luiz Carlos Prestes<sup>2</sup>: “As relações de produção principalmente na nossa agricultura são tipicamente pré-capitalista [...]. Os restos do feudalismo também ainda estão vivos. Por isso, comunistas, definimos de semifeudal o regime social predominante, principalmente no nosso campo” (IDEM, S/D, p. 375).

Ainda, outro elemento político de suma importância que modificaria a política do PCB nos anos 50 foi a morte do principal dirigente da União das Repúblicas Socialistas Soviética

---

<sup>2</sup> Luiz Carlos Prestes foi um militar e político brasileiro (1889-1990), sendo a principal liderança da Coluna Prestes, movimento político-militar de oposição à República Velha, durante a década de 20. Após, ingressa no PCB, sendo preso pelo Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945). Torna-se Secretário Geral e principal dirigente do PCB de 1943 até 1980.

(URSS). Stalin morreu em 1953. Em 1956 realizou-se o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), no qual houve as denúncias dos crimes atribuídos a Stalin. Tal fato acarretaria o processo de “desestalinização” do PCUS, com a emergência de Kruchev à direção como novo dirigente. Entretanto, devemos considerar que este era um assunto delicadíssimo para o PCB, pois mexia principalmente com a própria crítica à direção no uso dos seus métodos stalinistas.

Diógenes Arruda, segundo homem do PCB depois de Prestes, chefiava a delegação brasileira e resolveu, após o congresso, ir à China maoísta, na expectativa de ganhar tempo e a fim de dissipar as discussões mais acaloradas (AARÃO REIS FILHO, 2002, p.83). Tal ação não apresentou efeito desejado, pois as altercações no seio partidário eclodiram com grande força, fazendo com que Prestes tenha que lançar mão da chamada “carta rolha”, com o intuito de abrandar os ânimos dentro do partido. Como desdobramento dos fatos, a correlação de força dentro do Comitê Central modificou-se: Prestes se manteve, mas a direção próxima a Prestes, especialmente as figuras de João Amazonas e Diógenes Arruda, começariam a cair em isolamento, desbotando, assim, os seus papéis diretivos, uma vez que atribuíam a estes a culpa dos desmandos e desacertos da linha política do Partido, visto que Prestes estava na mais absoluta clandestinidade, fato este que o inocentava (CHILCOTE, 1982, p. 296).

Este tema daria origem a uma série de debates dentro do PCB. Formaram-se, assim, três grupos com posições distintas, o mais destacado seria 1) o grupo de Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender, que foram os primeiros a assumir uma posição de abrir o debate a respeito dos crimes atribuídos a Stalin; do outro lado; 2) o grupo de João Amazonas, que procurou agir com reservas a respeito das denúncias e, principalmente, da mudança da linha política e do abandono das formulações do IV Congresso; e, 3) o terceiro grupo, que não vicejou e era liderado por Agildo Barata. Portanto, essas discussões serviriam para acelerar outras fissuras que estavam ainda vivas dentro do PCB, desde a estratégia revolucionária aprovada do IV Congresso do partido em 1954.

Após um ano transcorrido e com longas polêmicas nos órgãos de imprensa oficiais do partido, foi realizada uma reunião plenária, na qual foram destituídos do Presidíum do Comitê Central: Diógenes Arruda, Maurício Grabois, João Amazonas e Sérgio Holmos, e, nos seus lugares ficaram Giocondo Dias, Mário Alves, Calil Chade e Marighella. Ou seja, mudou a correlação de forças interna do Comitê Central, e com isto “o núcleo dirigente em ascensão adotará uma nova política ambígua em muitos pontos, mas guardando pertinência com a situação do país, e com ela procuraria dar maior eficácia à ação do partido” (SANTOS, 1991, p. 155). Com esta mudança interna do C.C., começaria haver uma nova renovação teórica dos

pecebistas, como verificamos pelo artigo de Carlos Marighela nas páginas da Voz Operária, citado por Santos, dando novamente fôlego para a questão nacional:

Reconhecendo o nacionalismo como “eixo efetivo da vida política brasileira”; sob variadas formas, espelho de uma nova disposição de forças em toda a sociedade, “fator nacional”, “complexo de contradições” – a novidade era a sua contagiante influência sobre todos os setores da população (partidos, parlamento, forças armadas, etc.), polarizando a vida política do país (MARIGHELA *apud* SANTOS, 1991, p. 152).

Estas divergências internas, assim como mudanças na correlação de forças e na interpretação de uma política concernente ao Brasil, dariam fôlego para a elaboração da *Declaração de Março* de 1958. Em síntese, esta declaração fora caudatária da conjunção de todas estas mudanças ocorridas, tanto em âmbito nacional quanto no plano internacional, provocadas pelos ventos da desestalinização. Sendo que, da síntese dessas contradições, reproduzir-se-ia uma nova composição do Comitê Central e fazendo com que a *Declaração de Março* viesse impregnada pelas novas diretrizes partidárias. Segundo Anita Prestes (2011, p. 2) naquela quadra histórica, a aprovação da Declaração de Março contribuiu decisivamente para garantir não só a unidade como a própria sobrevivência do PCB, seriamente abalado por grave crise, provocada em grande medida pelos acontecimentos relacionados com o XX Congresso do PCUS, realizado no início de 1956.

Torna-se importante registrar que esta nova diretriz mantinha o viés etapista da política do PCB, todavia, mudava o seu enfoque de correlação de forças, pois associava-se numa clara aliança com a burguesia nacional e atribuindo a este estrato social um papel preponderante na luta política. Consideravam a burguesia como força revolucionária e acreditavam que ela tivesse este aporte, principalmente, na luta contra o imperialismo e a favor do desenvolvimento econômico nacional. Tais premissas modificariam, portanto, o caráter estratégico da revolução brasileira, que de acordo com as *Declarações de Março*: “A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática” (CARONE, 1982b, p.184).

Assim, para a consecução etapista da revolução nacional, neste momento a partir da *Declaração de Março*, vislumbravam que se daria novamente dentro do jogo democrático. Realçamos que o PCB manteve o conceito de feudalismo à brasileira; sendo que nesta fase ativar-se-ia o caráter democrático, com vista a uma transformação passiva. Nas palavras de Werneck Vianna (1988, p.21): “A questão nacional, eixo de uma estratégia revolucionária insurrecional no *Manifesto de Agosto*, transita com a frente única nacionalista para uma concepção de reforma”. Com esta nova abordagem programática, o PCB esperava contar

também com o apoio decisivo dos setores mais avançados da burguesia nacionalista em aliança com o proletariado, através de uma tática de Frente Única que tinha como intuito construir “amplas coligações eleitorais, que levem a vitória os nacionalistas e democratas” (CARONE, 1982b, p.184-194). Assim, conforme já realçado, a *Declaração de Março* de 1958 modificou o curso da luta política do PCB e serviu de subsídios programáticos para o V Congresso do PCB de 1960.

No início da década de 60 essas fissuras se cristalizariam, pois em virtude ainda dos debates acerca das denúncias ocorridas da desestalinização e das resoluções que se seguiram a partir da *Declaração de Março*, ocorreu o advento do V Congresso do Partido, realizado em 1960 e com severas fraturas: do somatório desses fatos que se arrolaram ao longo dos anos 50 e início dos 60, bem como de outros fatores conjunturais e particulares da política brasileira no período, o partido decidiu mudar o seu nome para Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla PCB.

Ainda, quanto às discussões a respeito da linha tático-estratégica devemos registrar, conforme referido, que elas já estavam latentes dentro do PCB desde meados da década de 50. Logo, no início da década de 60, as teses do PCB, com muitas divergências, convergiriam taticamente à política do Presidente João Goulart (1961-1964), visto que o PCB oscilava entre a reforma e a revolução: 1) por um lado, pleno apoio nas *Reformas de Base*; e 2) por outro lado, buscavam imprimir, na medida do possível, um caráter mais aguerrido na sua política, apoiando toda a sorte de manifestações, forçando, assim, uma radicalização que não era compatível dentro do limite da política de Goulart (SEGATTO, 1995).

Tais atitudes e delineamentos políticos foram duramente atacadas por João Amazonas e seu grupo esvanecido desde as rugas do relatório Kruchev e das formulações da *Declaração de Março*, provocando a sua expulsão. Como respostas aos dissidentes, o jornal pecebista *Novos Rumos* de janeiro de 1962, publicou um duro editorial “Em defesa da unidade do partido”, dando a versão dos motivos que levou o PCB a expulsar os dirigentes dissidentes (Sales, 2002). Como resposta os dissidentes faziam também as suas considerações sobre a cizânia, decidindo manter e refundar o Partido Comunista do Brasil, sendo que na visão destes não foi um racha, mas sim uma continuidade das políticas revolucionárias de assalto ao poder advindas do IV Congresso e que deveriam ser mantidas as concepções marxista-leninistas, assim como deveria haver reservas no tocante a crítica a Stalin. Desta forma, além da manutenção do nome, institucionalizaram-se politicamente a partir desta ruptura com a sigla PCdoB. (SILVA, s/d). Nas palavras de João Amazonas, que foi presidente do PCdoB:

Em agosto de 1961, contrariando as decisões do Congresso, sob o pretexto de obter a legalidade do partido, decidiram criar um novo partido. Era posto de lado o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL<sup>3</sup>. Em seu lugar surgia o Partido Comunista Brasileiro. Foi retirado de seu estatuto que o partido se orientava pelos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário (AMAZONAS, 1990, p.246)

A cisão oponente objetiva refundar o Partido Comunista do Brasil e acusava a outra facção que constituiria o Partido Comunista Brasileiro de revisionismo, bem como de traição do partido e do legado original do marxismo-leninismo, estabelecendo-se, por conseguinte, uma luta entre os dois partidos. Nesta contenda, a palavra de ordem do PCB era as Reformas *versus* as do PCdoB que era Revolução Popular. Em síntese, podemos verificar que a razão da secção dos comunistas é tanto de fundo teórico no que concerne a linha tático-estratégica da política nacional, quanto derivada dos acontecimentos do movimento comunista internacional. Devemos registrar que tais divergências no plano internacional geraram secções não somente no Brasil, como também fomentou dissidências entre outros países comunistas da esfera de influência da União Soviética<sup>4</sup>.

Oficialmente, em fevereiro de 1962, numa Conferência Nacional Extraordinária é reorganizado o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Temos, assim, no seio da esquerda brasileira a existência de dois partidos comunistas consolidados e reconhecidos internacionalmente: 1) O Partido Comunista Brasileiro (PCB), hegemônico, chamado de reformista ou revisionistas pelo PCdoB, contendo amplíssimas bases populares, sindicais e intelectuais, ligado à política do Partido Comunista Soviético. 2) E, do outro lado, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), chamado de Stalinista pelo PCB, menor e com posição crítica a respeito da política de João Goulart, assim como da União Soviética, indo ao encontro e se acomodando *a posteriori* com a política maoísta do Partido Comunista Chinês (PCCh). Tais posições e divergências, além de alimentarem antipatias mútuas, serão, igualmente, responsáveis por outros desdobramentos e cisões no campo da esquerda brasileira, principalmente, após o advento do golpe civil-militar de 1964. Visto que, após o golpe, ambos partidos precisariam dar respostas efetivas de como chegar ao socialismo através das suas linhas tático-estratégicas, concomitantemente precisariam das respostas de como se manteriam vivos do encaço do regime militar.

---

<sup>3</sup> Grifos do autor.

<sup>4</sup> No tocante ao conflito Sino-Soviético, no qual o alinhamento do marxismo internacional cindiu-se entre os dois países – União Soviética e China – em meados da década de 60, podemos dizer, em linhas gerais, que ocorreram pelos seguintes motivos: 1) discussões acerca do caráter excessivamente pacifista da União Soviética; 2) divergência sobre a questão dos mísseis em Cuba; 3) Fim da ajuda econômica da URSS à China e 4) Críticas, por parte da China, da exposição exagerada dos crimes de Stalin (CHILCOTE, 1982, p. 295).

### 3 PCdoB: A CONCEPÇÃO CHINESA - GUERRA POPULAR PROLONGADA

O golpe civil-militar de 1964, portanto, encerraria um ciclo extremamente complexo da política nacional, tanto em face das disputas que polarizavam o cenário institucional quanto em face do acirramento das disputas no seio da esquerda: 1) de um lado, o PCB que oscilava entre reforma e revolução; e, 2) de outro lado, o PCdoB que era totalmente antirreforma. Ainda, os eventos de 1964 não desfeririam apenas um golpe na democracia brasileira, mas também soterrou o projeto político do PCB que endossava as *Reformas de Base* e todo o delineamento político internacional advindo do PCUS; erodindo, assim, todo um trabalho político sedimentado. Quanto ao PCdoB, crítico de todo o processo, afirmava neste momento, estarem certos da linha revolucionária elaborada com uma diretriz política e considerada por eles como a mais acertada.

O PCdoB, diferentemente do seu rival, começaria já a partir do golpe a definir uma linha política de enfrentamento à ditadura civil-militar, no entanto, em virtude do seu tamanho reduzido tinha pouco poder de fogo, quando comparado com os comunistas do PCB. Conforme já enfatizado, desde antes de 1963, alinhavam-se em sua política com o PCCh. Mas, frisamos que seu alinhamento ao Partido Comunista da China (PCCh) não se deu no imediato a sua reorganização partidária, pois no início da sua vida legal apoiava ainda a URSS em seu Manifesto Programa: “a União Soviética marcha para o comunismo” (PCdoB, DOCUMENTOS HISTÓRICOS, 2000, p. 41). A desincompatibilização com a URSS ocorreu de fato somente quando o PCUS publicou no Pravda, em 14 de julho de 1963, uma carta-aberta acusando o PC da China de fomentar a divisão dos comunistas no mundo, citando o caso do Brasil como exemplo, mencionando explicitamente os nomes de João Amazonas e Grabois (IDEM, 2000), antigos dirigentes do PCB que capitanearam a secção e fundaram o PCdoB. Demarcando a cisão e a vinculação ao alinhamento chinês, em 1966 o PCdoB realizaria a sua 6ª Conferência, em que aprovavam o documento, *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonista* (2000). A linha política tinha nítida inspiração chinesa, conforme trecho:

A concepção da guerra popular pressupõe intenso trabalho político e de organização entre as massas. Implica na necessidade de organizar as forças armadas do povo, a partir de pequenos núcleos de combatentes, no amplo emprego da tática de guerrilhas e na criação de bases de apoio no campo. Envolve a compreensão de que os camponeses pobres e os assalariados agrícolas constituem o grosso das forças armadas populares, que o cenário principal dos choques armados é o interior do país e que a luta será dura e prolongada. (PCdoB, DOCUMENTOS HISTÓRICOS, p. 112)

Torna-se importante ratificarmos algumas observações em face da linha política do PCdoB: 1) primeiramente, os comunistas dessa agremiação absorviam a linha tático-estratégica de concepção chinesa – Guerra Popular Prolongada, segundo os cânones do maoísmo; 2) a questão da tática de guerrilha nada tinham em comum com o foquismo cubano, pelo contrário, pois o PCdoB rechaçava-os justamente pela insistência de que o protagonismo da direção da luta deveria ser dado pelo partido, segundo o modelo leninista e diferentemente do que pensavam grupos armados que buscavam formar um foco de luta; e, 3) o palco principal de luta era o campo, que deveria cercar a cidades. Ainda, o PCdoB continuaria com a sua linha tático-estratégica em duas etapas: nacional e democrática, depois socialista; porém, dando todo o empenho da luta para a questão de Guerra Popular Prolongada, que de acordo com o maoísmo seria o campo o palco principal. Com esta linha política dava-se totalmente o endosso para o preparo da luta política no campo, contudo, sempre buscando uma diferenciação com o foquismo e fugindo, conseqüentemente, do castro-guevarismo.

Nos anos 60, também, estava em evidência a figura do líder chinês Mao Tse Tung e o seu modelo de revolução, servindo de inspiração para a esquerda dissidente do aparato soviético, era o Maoísmo tomando conta e sendo para muitos uma nova etapa do pensamento marxista: Marx, Lênin, Stalin e Mao. Segundo Daniel Aarão Reis Filho (1991, p. 107), a fim de se compreender o estudo do maoísmo devemos, primeiramente, considerá-lo “como estratégia revolucionária para a tomada do poder na China, e [...] como uma aplicação criadora do marxismo-leninismo às condições históricas chinesas”; e, posteriormente, “o maoísmo surgirá como uma proposta original de construção do socialismo na China, convertendo-se [...] novamente, em modelo revolucionário mundial” (IDEM, p. 107). Sendo que, justamente em virtude de como procedeu à revolução chinesa, o foco se daria no campo a partir de uma estratégia de revolução prolongada, que no maoísmo o personagem principal seria o camponês.

[...] o maoísmo se caracteriza pela valorização do camponês, não só como ator principal na luta pela “tomada do poder”, mas também como vanguarda no projeto de construção do socialismo. Essa foi, sem dúvida, a marca registrada do maoísmo e sua principal inovação do ponto de vista do pensamento revolucionário do século XX. (IDEM, p. 113).

O PCdoB absorve as teses maoísta como um contraponto às teses reformistas do PCUS. Com o intuito de melhorar as bases teóricas e militares, envia ao longo da década de 60, algumas dezenas de militantes para treinamento na China, com o intuito de se formarem de acordo com a linha política do PCCh. A partir de 1966 o PCdoB constituiu uma comissão política supersecreta, que começava a elaborar os planos para a constituição de uma guerrilha aos

moldes chineses no norte de Tocantins e sul do Pará, na região do Araguaia. Para tanto, começaram a deslocar para a área alguns militantes, muito vagarosamente, com o intuito de, num primeiro momento, viverem como lavradores na região e com objetivo de ganharem a confiança dos camponeses, e, posteriormente, desenvolverem uma luta política com a finalidade de futuramente eclodirem a guerrilha rural. Na elaboração política do PCdoB seria um processo longo, sigiloso e com um acompanhamento minucioso de poucas figuras do Comitê Central, pois deveriam preservar ao máximo a constituição do palco da luta camponesa principal.

Ao mesmo tempo, como um segundo plano, buscavam nas cidades construir e influenciar o quadro de uma política de massas nas várias instâncias de luta em que se constituía a oposição à ditadura militar. Realçamos que o Movimento Democrático Brasileiro<sup>5</sup> (MDB) não era saudado como objetivo tático, pois era a seara do PCB. Segundo Gorender (1987, p. 207), “nas cidades – considerado cenário de segunda ordem -, o PCdoB se dedicou ao proselitismo discreto e à propaganda sem estardalhaços, o que não atraiu a atenção dos órgãos da repressão policial”. Sendo que, tal linha política geraria também secções na seara do PCdoB, pois militantes mais afoitos ao papel da luta armada e com o intuito de seguir as outras organizações que se dedicavam às armas, concluíam que o PCdoB estava, igualmente ao PCB, imobilista e burocrático. Estes militantes geraram novas cisões, surgiu, assim, o Partido Comunista Revolucionário (PCR) em 1966, que acreditava que o foco da luta deveria ser no Nordeste; e, em outras regiões, principalmente em São Paulo, surge o PCdoB-Ala Vermelha em 1967, que adotou o nome de Ala Vermelha e passaria a efetivar ações armadas. Torna-se importante frisar que a imersão total na luta armada pelas organizações urbanas se daria no curso do ano de 1969, justamente por isso as organizações comunistas seccionadas do PCdoB ficaram tão vorazes ao desenlace abrupto da luta armada.

Por outro lado, a linha política do PCdoB baseada no posicionamento maoísta, galvanizava dois expressivos contingentes de militantes para a sua hoste. O primeiro é uma fração de militantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), da Guanabara e que saía desta agremiação, era capitaneado por Jover Telles – eminente dirigente do PCB-PCBR e agora incluso no PCdoB – segundo Jacob Gorender (1987), este dirigente quando compôs a direção do PCBR, já estava fechado com a cúpula do PCdoB, de modo que esperou o partido se formatar e crescer para fortalecer um racha (IDEM, 1987).

---

<sup>5</sup> A ditadura militar institucionaliza o AI-2, em 1966, que acaba com o pluripartidarismo e deliberava a existência de somente dois partidos: Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição consentida e Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de apoio ao regime militar (KINZO, 1988).

Quanto ao outro grupo que adere ao PCdoB, este era um expressivo contingente da Ação Popular<sup>6</sup> (AP), que no curso da luta política dos anos 60 começava a sofrer uma “depuração” dos seus princípios cristãos, buscando construir um novo “homem” e uma nova “sociedade”, através de um processo peculiar de tornar-se marxista via o maoísmo. Asseveramos que esse processo, tanto de tornar-se marxista quanto maoísta e, mais adiante aderir ao PCdoB, não foi um ato simples, muito pelo contrário, sendo um processo altamente belicoso, pois além da depuração teórica houve, também, uma defecção dos seus militantes que não concordavam com esse delineamento político. No entanto, mesmo com todas as rupturas, o maoísmo galvanizava uma parcela muito grande da esquerda no período, principalmente, após a denominada Revolução Cultural impulsionada por Mao Tse Tung a partir de 1966. Segundo Ridenti (2002, p. 261).

O sacrifício pessoal do militante intelectualizado para reeducar-se no meio do povo – conforme a proposta da revolução cultural – lembrava o sacrifício cristão. O igualitarismo maoísta, em busca de eliminar a distância e a diferença entre o trabalho intelectual e trabalho manual, remetia involuntariamente ao cristianismo, ao despojamento franciscano, à comunhão com o povo de Deus.

Ainda, quanto a AP devemos enfatizar que este processo de eliminar a distância entre o trabalho manual e o trabalho intelectual implicava no denominado se “inserir na produção”. Este processo tinha dois aspectos: 1) primeiramente, tirava o militante do seu meio pequeno burguês, muitas vezes universitário, e introduzia-o no chão de fábrica com o intuito dele viver, realmente, como um operário, a fim de construir o verdadeiro partido do proletariado no seio da classe operária; e, 2) em segundo lugar, em face da repressão, os militantes precisavam entrar na clandestinidade: trocavam de nome, de estado, de profissão. Assim, se inseriam na produção como sendo outros personagens e tornavam-se “invisíveis” aos olhos da repressão. Todo o embasamento da passagem da AP ao maoísmo fora lastreado por estadias dos seus dirigentes na China, assim como dos militantes do PCdoB no período da Revolução Cultural. Mesmo assim, torna-se importante frisar que o único partido reconhecido como partido irmão do PCCh era o PCdoB, portanto, nada mais conveniente que os chineses forçassem uma aproximação “natural” entre os apistas e os pecedobistas.

Torna-se importante destacar este processo de discussão, não somente para elucidar algumas concepções do PCdoB, mas também com o intuito de grifar este legado da AP no seio

---

<sup>6</sup> Ação Popular: Organização política que se formara em 1963 e que possuía como linha política uma orientação baseada nas concepções cristãs progressistas, mas que no desenrolar do processo revolucionário dos anos 60 adere ao marxismo via o maoísmo chinês. (ARANTES & LIMA, 1984).

comunista. Pois, o PCdoB ainda era até esse momento um partido diminuto, caracterizado como um partido de quadro leninista, pequena vanguarda e desfalcado com muito de seus militantes sendo deslocados para a região do Araguaia. Quanto a AP, podemos dizer que era uma organização de massa, pois dirigia a União Nacional dos Estudantes (UNE) ao longo dos anos 60 durante os congressos clandestinos dessa entidade. Ou seja, é justamente neste ponto que reside a importância dessa discussão teórica da incorporação da AP pelo PCdoB, uma vez que a conjuntura política fez com que uma organização de massa abrisse mão da sua sigla, seu legado e se incorporasse em outro partido por opção teórica e programática.

Porém tal incorporação custaria caro à AP, visto que houve uma secção da AP em virtude dessa aproximação com o PCdoB, ocorrendo que a maioria se incorporasse ao PCdoB e a minoria permanecesse na própria AP. Devemos considerar que a situação política da repressão fomentava essa falta de unidade da esquerda, dificultando a compreensão de uma linha política unificada, exatamente em face da perseguição e da severa clandestinidade. Consideramos, ainda, que a ditadura cindia debates; não obstante, por outro prisma, realçamos que a Guerrilha do Araguaia, iniciada em 1972, incentivou um relativo consenso e precipitou a ida dessa maioria da militância da AP ao PCdoB, mas sem que houvesse uma ampla discussão consolidada. Em síntese, justamente em virtude e a despeito das demais organizações armadas do período, o PCdoB foi a única organização que deflagrou, de fato, a guerrilha no campo, evento que por si só já galvanizava muitos aderentes a esta seara comunista. Debates teóricos a parte, a partir da formalização da incorporação da AP pelo PCdoB, no início de 1973, o novo Comitê Central do PCdoB passaria a contar com cerca da metade dos membros originários da extinta organização apista (ARANTES & LIMA, 1984).

#### **4 GUERRILHA DO ARAGUAIA: O EPÍLOGO DO MAOÍSMO DO PCDOB**

A região do Araguaia, no norte do atual estado do Tocantins e no sul do Pará, fora a região escolhida pela direção PCdoB para ser o palco da luta estratégica do PCdoB. Era uma região de complicado acesso, no meio da Floresta Amazônica, o que tornava ainda mais difícil para os militantes serem descobertos neste local. Ainda, era uma região composta por um movimento contínuo de trabalhadores rurais, zona de grilagem de terra e conflitos agrários; com um grande atraso, tanto econômico quanto cultural em relação aos grandes centros urbanos. Ou seja, seria a região ideal para fomentar um conflito e buscar uma insurreição armada (PORTELA, 1980).

Os militantes do PCdoB começaram a ser deslocados muito calmamente já no ano de 1966, a partir da discussão e aprovação dos documentos da 6ª Conferência. Alguns militantes chegavam diretamente do exterior, de cursos militares realizados na China. Foram formados três destacamentos: A, B e C, com o intuito de receber os militantes que lá chegavam. O partido não impunha aos militantes a ida para o Araguaia, mas expunha-lhes os documentos partidários, colocando a par e ofertando, literalmente, um novo campo de luta, enfatizando que era uma ida sem volta, pois precisavam manter segredo da região aonde iria ser deflagrada a luta revolucionária (IDEM, 1980).

A partir de 1969, principalmente as lideranças estudantis mais “queimadas” pela repressão, são deslocadas para a região. Um trabalho duro e árduo, tanto no trajeto quanto pela adaptação na região. Os militantes comunistas tinham as seguintes atribuições: 1) legais: se passar por moradores da região como novos posseiros, onde criavam uma pequena comunidade de moradores egressos do centro do país, chamados pelos moradores da região de paulistas; e, 2) ilegais: treinar militarmente na região (floresta amazônica) e tentar construir um trabalho político junto aos moradores da região. Em síntese, de acordo com as máximas do maoísmo, deveriam viver como os agricultores, sofrer como os agricultores, sentir como agricultores, para que os mesmos se sentissem iguais aos paulistas e, assim, garantir o avanço político no curso da luta que pretendiam desenrolar. Seguindo as máximas do exemplo do Maoísmo chinês:

[...] a perspectiva de guerra de longa duração, acumulando forças a partir das bases revolucionárias situadas em regiões “fronteiriças”, de difícil acesso, a estratégia do cerco das cidades pelo campo, a luta pela obtenção da mais perfeita sintonia com as aspirações populares (o guerrilheiro deve operar junto às massas como um peixe na água) (AARÃO REIS FILHO, 1991, p. 116).

Porém, a adaptação na região era extremamente penosa para a maioria de jovens estudantes universitários, totalmente deslocados do seu meio urbano. Contudo, eles iam a duras penas conquistando o respeito dos moradores da região do Araguaia, já que muitos faziam uso da sua profissão de origem no meio rural como médicos, enfermeiro e professor, além de serem formalmente agricultores; criando de certa forma, portanto, uma simpatia junto aos moradores da região. A região do Araguaia, antes do foco da luta e segundo as estimativas do PCdoB, chegou a ter em torno de 69 militantes distribuídos nos três destacamentos: 1) o Destacamento A, próximo a São João do Araguaia; 2) o destacamento B, às margens do rio gameleira, entre Palestina do Pará e São Geraldo; e 3) o Destacamento C, pouco abaixo de São Geraldo.

Em abril de 1972 começou a chegar na região as forças militares com o intuito de desarmar os guerrilheiros do PCdoB. Até os dias atuais a forma como os militares chegaram à região é objeto de polêmica na seara do PCdoB, suspeitam de traição de militantes do partido. Não obstante as informações reveladas, chegava a região um exército muito mal preparado, ainda sem noção de como agir num conflito no meio da floresta amazônica; não obstante, quanto aos militantes comunistas, estes estavam regularmente treinados e adaptados na região. Portanto, por mais poderio militar que as tropas das forças armadas tivessem, não foi possível efetivar, neste primeiro momento, uma boa incursão ao local da guerrilha. Os guerrilheiros, mesmo que de maneira rudimentar, se prepararam adequadamente, criando silos no meio da floresta para esconderem a sua produção agrícola e visando alimentá-los no período da guerra. Assim como, buscaram conquistar uma singela base de apoio junto à população da região, que embora não se incorporasse a luta criaram o amparo mínimo necessário para escondê-los da polícia nas primeiras incursões.

Entretanto, as forças guerrilheiras eram muito menores que o poderio militar das forças armadas. Assim, mesmo que os militares não lograssem vencê-los e aniquilá-los numa primeira investida, conseguiram capturar alguns militantes comunistas e extrair sob tortura algumas informações preciosas que pudessem revelar como a guerrilha estava estruturada, bem como elucidar quais eram os propósitos do PCdoB. A partir dessa primeira etapa os militares passaram a investir pesadamente contra a guerrilha do PCdoB, estudando a região, mandando investigadores disfarçados como compradores de terras, etc.; ou seja, mapeando a região. Quanto aos militantes do PCdoB, após o fracasso da primeira investida militar, retornam às suas casas, pois acreditaram que tinham, mesmo que singelamente, vencido uma primeira etapa na luta contra a ditadura brasileira. Embora com mortes, prisões e perdas materiais, procuraram se articular com a população da região e tentaram criar uma unidade com os agricultores. Conforme documento produzido, *Proclamação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo* (2000):

O Interior somente poderá sair da situação atual quando fizer uma revolução popular que liberte o Brasil de todos os obstáculos de seu progresso e se crie um governo realmente do povo. Então mudará para sempre a vida do país. Os camponeses terão direito a terra, os operários lograrão trabalho e melhores condições de vida, os jovens poderão adquirir instrução, todos os brasileiros gozarão de plena liberdade. O Brasil avançara para um futuro melhor. E o interior conhecerá dias de prosperidade e bem-estar geral (PCdoB, DOCUMENTOS HISTÓRICOS, p. 197-198).

Com o objetivo de buscar adesão dos moradores na zona de conflito, a Comissão Militar do PCdoB na região elabora os 27 pontos da ULPD (União pela liberdade e pelos Direitos do

Povo), tais pontos eram reflexos dos anseios da própria população que fora produzido pelo PCdoB com o intuito de angariar adesão e simpatia dos moradores da região, conforme o texto: “É hora da decisão, de acabar para sempre com o abandono em que vive o interior e de pôr fim aos incontáveis sofrimentos de milhões de brasileiros [...]. A revolução abrirá o caminho para uma nova vida” (IDEM, 2000, p. 201). No entanto, as expectativas dos militantes comunistas naufragam, pois a repressão desenvolveu uma segunda investida em 1973, soterrando qualquer expectativa de vitória: “O desenvolvimento da luta inverteu a situação. Aumentou a eficiência do exército, enquanto os guerrilheiros, separados das massas camponesas, tinham baixas irreparáveis e viam dramaticamente reduzidos o potencial de combate”. (GORENDER, 1987, p. 211). Considera-se que neste ponto foi uma das grandes falhas dos PCdoB.

Em meados de 1973, reiniciou os confrontos. De início, o contato com a cidade fora cortado, ou seja, a ligação entre a região de confronto e São Paulo – onde estava o Comitê Central fora seccionado pelos militares através da prisão e assassinato de militantes na cidade, o elo político da guerrilha com a cidade (partido) fora interrompido. A região ficara conflagrada e encurralada pelo exército, ninguém saía da região e a ditadura, neste momento, não queria presos políticos vivos na região, pois não admitia que a Guerrilha do Araguaia fosse exposta na imprensa. (GASPARI, 2002). No centro do país não saía nenhuma nota, afinal a imprensa estava severamente censurada, portanto, a guerrilha não existia em âmbito nacional, mas agonizava no norte do país.

Considera-se como sendo uma das últimas grandes lutas na região o final do ano de 1973, justamente no momento em que a comissão política tentava se reorganizar, sendo dizimada pelo exército que estava a sua espreita. Já com poucos militantes na região, aquele que era para ser o sendero da Revolução Popular Prolongada aos moldes chinês, se definhava. Faltavam armas, apoio, militantes e aqueles ainda resistentes iam sendo sumariamente aprisionados, torturados e assassinados: a guerrilha definhava. Quanto à população da região, esta fora igualmente vítima dos militares, pois com o intuito de localizar os militantes, prenderam praticamente toda a população dos pequenos povoados, torturando-os com o intuito de fazê-los fornecer informações sobre os paulistas. A guerrilha formalmente foi considerada extinta pelas forças armadas no ano de 1975 e sem nenhuma nota nos meios de comunicação: O resultado final foi de aproximadamente 76 mortos, sendo 59 militantes do partido e 17 recrutados na região.

O PCdoB, num primeiro momento, buscava não revelar o fracasso da guerrilha, pois tal derrota representava o desacerto da linha política do PCdoB, uma vez que a Guerrilha do Araguaia era planejada para desferir a Guerra Popular Prolongada, mas que acabava

reproduzindo a tática foquista guevarista, segundo Gorender: “Ou seja, nenhum trabalho político prévio, início de luta por um núcleo guerrilheiro com autonomia de comando, etc.” (IDEM, 1987, p. 211). Nas palavras de Daniel Aarão Reis Filho (1991, p. 131):

O estudo atento dos Escritos Militares de Mao Zedong não ajudaria a chamada ‘esquerda armada’ a escapar do mais delirante vanguardismo, em cujas malhas seria rapidamente destroçada em luta desigual com a polícia política, sem apoio da população [...]. Contrariando ensinamentos do maoísmo, sempre foram ‘peixe fora da água’.

Precisamos, contudo, contextualizar as críticas, uma vez que embora evidenciando elementos de foquismo na Guerrilha do Araguaia, contrastando com os objetivos de Guerra Popular Prolongada, ocorreu o fato dos militares chegarem na região de maneira abrupta e pegando desprevenidos os militantes no curso de preparação da luta, pois, segundo eles, a guerra ainda estaria longe de eclodir. Entretanto, quanto ao fato do PCdoB tentar encobrir o fracasso da Guerrilha do Araguaia, este tema ainda renderia uma série de debates dentro da direção partidária: 1) de um lado, ressaltava-se o Relatório de Ângelo Arroyo, dirigente sobrevivente da guerrilha, trazendo para discussão do seu Relatório um balanço positivo; e, 2) de outro lado, pela seara oponente, tinha a figura de Pedro Pomar enfatizando que tinha sido uma derrota estratégica, política e militar. Destaca-se que, em setembro de 1976, “a Comissão Executiva aprovou um documento intitulado *Gloriosa Jornada de Luta*, que comunica o término da guerrilha sob a forma de dispersão temporária dos combatentes e não do seu aniquilamento” (GORENDER, 1987, p. 212). A discussão final iria ser determinada por uma reunião que seria feita pelo Comitê Central em dezembro de 1976.

Portanto, até essa data, a guerrilha ainda era um debate inconcluso. Segundo as críticas de Gorender (IDEM, p. 212), nesta reunião de dezembro, venceu a tese de Pedro Pomar que apresentava os seguintes aspectos: 1) “a necessidade de reconhecer a derrota completa do objetivo de desencadeamento da guerra popular”; e, finalmente e mais demolidor 2) “o erro principal da subordinação do papel do partido. Bastaria mais um avanço da análise para que Pomar caracterizasse a inspiração foquista do plano aplicado pelo PCdoB”. Porém, as formulações políticas destas resoluções não puderam vicejar, pois a polícia política obteve informação sobre a realização de uma reunião do CC, logrando, assim, capturar a cúpula do PCdoB. A casa foi localizada e a ditadura conseguiu prender a direção do PCdoB, alguns são assassinados sumariamente no local pela polícia em dezembro de 1976. Nesta reunião morreram alguns dirigentes que tinham estado no Araguaia, entre esses Ângelo Arroyo. Com o assassinato desses dirigentes se consumou, definitivamente, para a ditadura a questão do

maoísmo no Brasil e do Araguaia, pois conseguiram prender e, finalmente, assassinar os últimos dirigentes vivos da guerrilha. O Araguaia, realmente, tinha tido um ponto final. Tal ocorrência passara para a história como a Chacina da Lapa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreendermos a aplicação teórica do maoísmo no Brasil pelo PCdoB, de acordo com o estudo deste artigo tivemos que nos deter, primeiramente, na origem formativa da agremiação comunista até a sua primeira secção. Tal momento de ruptura institucional torna-se de fundamental importância para o delineamento da política dos comunistas do Brasil e, principalmente, para entendermos as causas e motivações da acomodação da linha política maoísta no seio dessa organização comunista brasileira. Ainda, esta secção somente poderá ser compreendida, justamente, se houver o enquadramento político e histórico da política nacional *pari passu* com as diretrizes do comunismo internacional, os quais se dividiam entre alinhamento com a URSS ou com a China.

Ou seja, a secção do comunismo nacional fora fruto dessas erupções do marxismo internacional que ativaram fraturas na seara nacional, ocorrendo, por conseguinte, a divisão política do comunismo nacional em duas matrizes: 1) PCB, alinhada à URSS e adepto de uma aludida transição pacífica; e, o 2) PCdoB, alinhado à China e adepto de uma insurreição de libertação nacional. Não podemos esquecer que as características da realidade política nacional também era fator motivador do acirramento dos conflitos, assim como das próprias crises que já existiam ativas dentro do Comitê Central a partir das revelações dos crimes atribuído a Stalin, de acordo com Relatório Secreto de Krushev.

Nesta perspectiva e a partir do advento do V Congresso do partido comunista em 1960, houve, de fato, a ruptura entre essas duas instâncias políticas, uma vez que a cisão majoritária decide trocar o nome do partido e o estatuto, bem como fomentar alianças políticas nacionais e passou a focar num grande arco político com o protagonismo da burguesia nacional. Da cisão minoritária, estes rechaçariam formalmente este delineamento e decidiriam refundar o Partido Comunista do Brasil, utilizando-se da sigla PCdoB. Conforme realçado, o alinhamento internacional dar-se-ia através da China, logo, aportando no Brasil o maoísmo e a sua política da guerra de guerrilha através de uma Luta Popular Prolongada no campo, de acordo com o corolário do líder Mao-Tse-Tung.

Enfatizamos que nesse processo político em curso o golpe civil-militar de 1964 ativou sobremaneira essa linha política, tornando, assim, para o PCdoB a linha política mais acertada;

a despeito da diretriz pacifista do PCB, que naufragara no início dos anos 60 com as *Reformas de Base* de João Goulart. O PCdoB, portanto, mergulharia com força total no maoísmo e encaminharia os seus militantes para treinamento na China no imediato ao golpe militar, a partir da VI Conferência de 1966. Quando do retorno dos militantes ao Brasil, estes já eram encaminhado diretamente à região onde iria ser deflagrado o palco estratégico principal de luta: a Guerrilha do Araguaia.

Portanto, a Guerrilha do Araguaia foi o elo final da política maoísta aplicada no Brasil pelo PCdoB, dito de outro modo, foi a aplicação prática da teoria partidária: a região do Araguaia serviria como práxis política para o maoísmo à brasileira. Porém, as condições foram totalmente adversas, uma vez que não conseguiram efetivar o encaminhamento político como pretendiam a fim de preparar a base política para o desenrolar da guerrilha, visto que a corporação militar localizou-os inesperadamente e desferiu um processo de aniquilação física sumária. Em síntese, embora com grande empenho político por parte do PCdoB houve, de fato, uma grande derrota, sepultando definitivamente a linha tático-estratégica maoísta do PCdoB. A corporação militar dizimou a região e os seus combatentes, assim como aniquilou sonhos e transformou a epopeia guerrilheira num grande pesadelo em face das dezenas de desaparecidos políticos, fazendo com que as famílias dos combatentes continuam lutando para encontrar os corpos dos guerrilheiros do PCdoB, como se fosse ainda uma página insepulta do maoísmo à brasileira.

## REFERÊNCIAS

AARAO REIS FILHO, Daniel. O maoísmo e a trajetória da esquerda brasileira. In: AARAO REIS FILHO, Daniel & QUARTIM, João (Orgs). **História do Marxismo no Brasil**. O Impacto das Revoluções. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991. V 1, p. 105-132.

AARAO REIS FILHO, Daniel. Entre Reforma e Revolução: A trajetória do partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo & AARÃO REIS FILHO, Daniel. (Orgs). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002. V 5, p. 73-108.

AGOSTI, Aldo. As correntes constitutivas do movimento comunista internacional. In: HOBBSAWM, Eric (Org). **História do marxismo** - O marxismo na época da terceira internacional: da Internacional Comunista de 1919 às frentes populares. v. 4, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 45-82.

AMAZONAS, João. 30 de anos de confronto ideológicos. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1990

ARANTES, Aldo & LIMA, Haroldo. **História da ação popular da JUC ao PC do B.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

CARONE, Edgar. **O P.C.B (1943-1964)** Volume II. São Paulo: Ed. Difel, 1982a

CARONE, Edgar. **O P.C.B (1943-1964)** Volume II. São Paulo: Ed. Difel, 1982b

CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração.** Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas.** A esquerda brasileira: Das ilusões perdidas à Luta Armada. São Paulo: Editora Ática, 1987.

KINZO, Maria D`Alva Gil. **Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB – 1966/1979.** São Paulo: Editora Vértice, 1988.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Documentos históricos: In.: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro.** São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2000.

PORTELA, Fernando. **Guerra de guerrilhas no Brasil.** São Paulo: Global, 1980.

PRESTES, Anita. **Da Declaração de Março de 1958 à renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático.** Crítica Marxista, n.32, p.147-174, 2011.

PRESTES, Luis Carlos. O problema da terra e a constituinte de 1946. In.: **Problemas atuais da democracia.** Rio de Janeiro: Editora Vitória, S/D

RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: Cristianismo e Marxismo. In: RIDENTI, Marcelo & AARÃO REIS FILHO, Daniel. (Orgs). **História do Marxismo no Brasil.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002. V 5, p. 227-302.

SALES, Jean Rodrigues. **PC do B conta a sua história: tradição, memória e identidade política.** Diálogos, DHI/UEM, v. 6. p. 155-171, 2002

SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: AARAO REIS FILHO, Daniel & QUARTIM, João. **História do Marxismo no Brasil.** O Impacto das Revoluções. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991. V 1. p. 133-156.

SEGATTO, José Antônio. **Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB, 1954-1964.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

SILVA, Antonio Ozaí da. **História das tendências no Brasil: origens, cisões e propostas.** 2 Edição (revisada e ampliada). São Paulo: Proposta Editorial, s/d.

WERNECK VIANNA, Luiz. **Questão Nacional e democracia: O ocidente incompleto do PCB.** Série Estudos. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.